

BPN Supervisor anuncia condenações sem notificar arguidos

O governador do Banco de Portugal disse que os 23 acusados no caso BPN tinham sido condenados, sem estes terem sido notificados

Os advogados de alguns dos arguidos do caso BPN apelam de "caricato" e "lamentável" o facto de o governador do Banco de Portugal (BdP) ter anunciado dia 15 de junho, na Assembleia da República, que o processo de contraordenação contra 23 ex-responsáveis do grupo BPN estava fechado. Fê-lo enquanto foi ouvido na comissão parlamentar de inquérito ao BPN. A decisão já tardava, dado que havia acusação desde meados de 2009, mas só agora se tornou definitiva.

Em causa estão irregularidades, como prestação de informação falsa e falsificação de contas, suscetíveis de consubstanciar infrações graves punidas com coimas que podem ir até aos €5 milhões.

A situação é tanto mais peculiar quanto o facto de desde 15 até 21 de junho (data de fecho deste artigo) — seis dias depois das declarações de Carlos Costa, dos quais quatro dias úteis — a maioria dos 23 arguidos não saber se foi condenada ou ilibada. As notificações ainda não tinham chegado aos arguidos.

A data em que os arguidos são notificados interessa sobretudo porque é a partir daí que se conta o prazo para que estes possam recorrer da decisão para os tribunais. O que será, na maioria dos

casos, um dos caminhos a seguir.

Das duas uma: ou já seguiram pelo correio e ainda não chegaram aos acusados ou então o governador precipitou-se pensando que as notificações já tinham seguido.

O BdP fez sair um comunicado na manhã de quinta-feira, dia 21, a esclarecer que dos 23 arguidos acusados só 17 tinham sido condenados, mas não identificou nomes. Numa ronda feita pelos advogados de vários arguidos — 10 no total — nenhum tinha recebido qualquer notificação. "Nem para o bem nem para o mal", disse um dos representantes que pediu o anonimato.

Já Paulo Farinha Alves, que representa quatro dos arguidos no processo, afirmou ao Expresso que "é lamentável o

que aconteceu".

Segundo apurou o Expresso junto de três dos advogados que representam oito dos arguidos, o inspetor que tem a seu cargo este processo pediu há três semanas a confirmação das moradas dos arguidos e dos seus representantes, pelo que estes já esperavam por uma decisão final. O que não esperavam era que esta viesse desta forma "enigmática", como disse fonte ligada ao caso.

Sete dos arguidos estão a ser julgados criminalmente

Haverá seis dos 23 arguidos acusados que foram ilibados. Entre os 17 condenados as coimas são pesadas, dado tratar-se de infra-

ções graves. O processo de contraordenação do BdP remonta a 2009 e entre os arguidos encontram-se responsáveis que estão a ser julgados criminalmente. É o caso do fundador do banco, José Oliveira e Costa, Luís Caprichoso, administrador da SLN, e Francisco Sanches também ex-responsável da SLN e BPN. A condenação também recai sobre António Franco, ex-diretor de operações e ex-admi-

Condenações são consideradas graves e coimas podem ascender a €5 milhões, 17 dos 23 arguidos foram condenados

nistrador do BPN, José Vaz Mascarenhas, presidente do Banco Insular, sediado em Cabo Verde, Isabel Cardoso, ex-administradora da Planfin e ex-diretora dos serviços jurídicos e fiscais da SLN, e Leonel Mateus, também da Planfin e ex-diretor financeiro da SLN.

A estes arguidos juntam-se mais 10, incluindo a instituição SLN, entre ex-responsáveis do grupo com funções no BPN Cayman, no BPN Cabo Verde, na Fincor e na direção de operações. Entre as acusações está o alegado conhecimento de operações feitas entre o BPN e o Banco Insular, através de um balcão virtual, um expediente que escondia contabilidade paralela.

ISABEL VICENTE
ivicente@expresso.imprensa.pt